

Gestão ambiental das hospedagens domiciliares de Santo Amaro do Maranhão - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Environmental management of home hosting in Santo Amaro do Maranhão – Lençóis Maranhenses National Park

Gestión ambiental de hospedajes domiciliares da Santo Amaro de Maranhão – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n2.2017.1089>

Gabriela Silva Noronha < gabrielanoronha@hotmail.com >

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil

José Luis Lopes Araújo < jlla@ufpi.edu.br >

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 03-set-2015

Aceite: 17-abr-2017

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

NORONHA, G. S.; ARAÚJO, J. L. L. Gestão ambiental das hospedagens domiciliares de Santo Amaro do Maranhão – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 64-79, ago. 2017.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Santo Amaro do Maranhão tem grande potencial turístico em função das belezas naturais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). Dentro desse contexto, surgiram as hospedarias domiciliares como alternativa de hospedagem para o desenvolvimento do turismo, tendo em vista que não havia pousadas ou hotéis suficientes para atender à demanda crescente de turistas. O estudo analisa a gestão ambiental das hospedarias e a percepção dos proprietários das residências a respeito do turismo e da questão ambiental relacionados ao PNLM. O método utilizado para a pesquisa foi do tipo exploratório, com amostra constituída pelos titulares dos 10 domicílios, que tornaram suas casas hospedarias. Os resultados indicam que os proprietários percebem a importância da conservação dos recursos naturais para garantir o desenvolvimento do turismo no município e que a questão do meio ambiente e a educação ambiental devem ser priorizadas para todas as linhas de atuação da gestão pública.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Turismo. Parque Nacional.

ABSTRACT

Santo Amaro do Maranhão has great tourist potential due to natural beauties of Lençóis Maranhenses National Park (LMNP). In this context, the host house appeared as an alternative accommodation for the development of tourism, considering that there were not enough inns or hotels to supply the growing demand of tourists. This study analyzes the environmental management of the accommodations and the homeowners perception regarding tourism and the environmental issue related to LMNP. The method used for research was the explanatory type, with a sample composed of ten households, which made their houses hostels. The results indicate that owners understand the importance of conserving natural resources to ensure the development of tourism in the county, and that the issue of environment and environmental education must be prioritized for all lines of action of environmental public management.

Keywords: Environmental management. Tourism. National park.

RESUMEN

Santo Amaro do Maranhão tiene un gran potencial turístico en función de las bellezas naturales del Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). En ese contexto surgieron los hospedajes domiciliarios como alternativa de hospedaje para desarrollo del turismo, teniendo en cuenta que no habían posadas ni hoteles suficientes para atender la demanda creciente de turistas. El estudio analiza la administración ambiental de los hospedajes y la percepción de los dueños de las residencias en relación al turismo y el factor ambiental relacionado al PNLM. La metodología utilizada para la investigación fue de tipo exploratorio, con una muestra constituida por los titulares de los 10 domicilios que convirtieron sus casas en hospedaje. Los resultados indican que los propietarios se dan cuenta de la importancia de la conservación de los recursos naturales como garantía para el desarrollo del turismo en el municipio y que el tema del medio ambiente y de la educación ambiental debe ser preservado para todas las líneas de acción de la administración pública.

Palavras clave: Gestión ambiental. Turismo. Parque Nacional.

Introdução

O Brasil possui, atualmente, 71 parques nacionais, uma das categorias de unidades de conservação de proteção integral da natureza definidas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e criada em 2007, tem a função de fazer a gestão das unidades de conservação, com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Nesse aspecto, o turismo surge como um aliado que, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, dinamiza as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção dessas áreas. O desafio consiste, no entanto, em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade (IBAMA, 2003).

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado com área de 155.000 hectares, com o objetivo de preservar os recursos naturais de dunas, lagoas, rios e praias de expressiva beleza cênica. Está inserido no bioma Cerrado, composto de áreas de restinga, campos de dunas e costa oceânica. O Parque é visitado o ano inteiro por turistas de todo o mundo. Abrange três municípios maranhenses: Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz (ICMBio, 2010).

As populações que habitam a região dos Lençóis, em sua maioria, apresentam quadro socioeconômico desfavorável, com alto índice de desemprego, analfabetismo, difícil acesso aos serviços básicos de saúde e de educação, caracterizando-se como uma das regiões no estado do Maranhão com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (IBGE, 2010).

Desde a construção da rodovia BR-402, no final do ano 2001, facilitando o acesso aos municípios da região dos Lençóis Maranhenses, houve um crescimento do número de visitantes que se dirigem à região. O fluxo do turismo é crescente e já são visíveis os seus efeitos socioeconômicos. Vários empreendimentos ligados a atividades turísticas foram surgindo, impulsionados pelas demandas de estruturação de visitação ao Parque: transporte, serviço de guias, alimentação, hospedagem e entretenimento. Assim, instalaram-se pequenos negócios nos ramos de restaurante, de pousada, de produção de artesanatos e de serviço de guia de turismo, caracterizando a atividade turística como uma alternativa na geração de renda para a população moradora do entorno do Parque.

O município de Santo Amaro do Maranhão, localizado na área de influência do Parque Nacional dos Lençóis, adotou a atividade turística como uma alternativa viável para o desenvolvimento socioeconômico para sua população, priorizando ações de inclusão social com o turismo de base comunitária, por meio de programas e de projetos que envolvem, especialmente, moradores locais, objetivando obter benefícios econômicos e sociais.

Dentro desse contexto, com o apoio da gestão pública, por meio da Secretaria de Turismo do município, famílias moradoras de Santo Amaro do Maranhão disponibilizam suas casas para hospedagem, devido à insuficiência de empreendimentos hoteleiros para a demanda de turistas, principalmente na alta temporada. Sabe-se que, com o desenvolvimento do turismo, surgem vários impactos, sejam eles sociais, culturais ou ambientais. Por essa razão, entende-se que questões sobre a relação do turismo e da gestão

ambiental merecem uma avaliação mais acurada devido ao acelerado desenvolvimento da atividade turística na região e aos impactos ambientais que podem afetar a Unidade de Conservação. Dessa forma, o estudo examina a gestão ambiental das hospedarias domiciliares do município de Santo Amaro do Maranhão, bem como a percepção dos proprietários das residências a respeito do turismo e da questão ambiental.

TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Domiciano e Oliveira (2012) descrevem que, nas últimas décadas do século XX, o aumento da crise ambiental no mundo e o estabelecimento de uma “consciência ecológica” fizeram com que se buscasse um tipo de turismo de natureza ou ecológico, ou ainda o ecoturismo, como uma alternativa de controlar o turismo predatório. Porém, mesmo com esse tipo de turismo ecológico, ainda que em suas formas controladas, como é o caso de visitas nas Unidades de Conservação (UC), os impactos ao ambiente tornam-se inevitáveis, pois podem se transformar em um fator de degradação ambiental e dar origem a desequilíbrios em ambientes naturais protegidos.

Ruschmann (2000) aborda que a proteção do meio físico e sociocultural dos locais visitados sempre foi desconsiderada em favor dos resultados econômicos apresentados pela atividade turística e somente começou a ser valorizada a partir das ações e dos alertas de ambientalistas nos anos de 1970 e das conclusões do “Relatório Brundtland”, que lançou os fundamentos do desenvolvimento sustentável no planeta Terra.

Conforme demonstram Irving, Bursztyn e Sancho (2005), o turismo, interpretado como a atividade econômica que mais cresce no mundo, passa gradualmente a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais. O turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada na economia globalizada por gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza.

Ruschmann (1999) enfatiza que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e que sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer. A qualidade ambiental desses destinos turísticos se manifesta no grau de conservação dos recursos naturais e paisagísticos, na situação dos recursos hídricos (mar, rios, córregos, lagoas, etc.) e na qualidade da infraestrutura implantada para o atendimento da população residente e dos visitantes, ou seja, é o estado do ar, da água, do solo e dos ecossistemas, em relação aos efeitos da ação humana (BARRETO, 2009).

Conforme Leff (2010), é necessário grande conhecimento das dinâmicas que envolvem ambos os tipos de ecossistemas, porque processos humanos que envolvem os aspectos sociais, econômicos e culturais de dada região estão em constante interação com os processos naturais. Nesse aspecto, Ruschmann (1999) complementa que o desenvolvimento do turismo em áreas naturais se estabelece cada vez mais, e evidencia-se a necessidade de proteger o meio ambiente, pois a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante. Porém, o turismo de qualidade se torna economicamente viável quando associado à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e dos equipamentos oferecidos aos clientes.

Segundo Seabra (2007), os parques nacionais convivem com problemas diversos de gestão, como questões de desapropriação, de escassos recursos financeiros, problemas de fiscalização, além do turismo malconduzido sem sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Brito (2000) descreve que a história da gestão das Unidades de Conservação foi estabelecida por conflitos entre populações e unidades. A maioria não conta com infraestrutura necessária à preservação dos ecossistemas e ao acolhimento, ao acompanhamento e à fiscalização dos visitantes.

Irving, Bursztyrn e Sancho (2005) destacam que, no planejamento turístico, o desenvolvimento e a proteção de recursos renováveis não podem mais ser interpretados como forças opostas e contraditórias, mas como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas.

Mesmo com um tipo de turismo ecológico, em que suas formas são controladas – como é o caso de visitas às Unidades de Conservação (UC) –, os impactos ao ambiente se tornam inevitáveis, pois podem se transformar em fator de degradação ambiental e dar origem a desequilíbrios em ambientes naturais protegidos (DOMICIANO; OLIVEIRA, 2012).

Coriolano (2007) chama atenção para a frequente crítica sobre o turismo como causa de degradação do meio ambiente. Admite que o turismo é uma atividade contraditória, como toda produção capitalista, pois se apoia no discurso da conservação da natureza, tomando o turismo e o meio ambiente como realidades inseparáveis. Ainda segundo Coriolano (2007), o turismo usa e se apropria de ambientes naturais e produzidos, como cidades, vilas e comunidades, gerando impactos, que podem ser discutidos como uma questão de (in)sustentabilidade social e ambiental.

As hospedarias domiciliares e a gestão ambiental

Pode-se relatar que a atividade de receber pessoas é bastante antiga. Segundo Aldrigui (2007), alguns historiadores conseguem visualizar elementos de hospedagem nas narrativas gregas e romanas, em que o cidadão comum abria sua casa para hospedar com alimentação sem cobrar pelo serviço. Assim, a hospedagem por muito tempo se estabeleceu mais como caridade do que como negócio. Aldrigui (2007) ressalta que ainda hoje se percebe que, em muitas famílias, optar por um equipamento profissional em vez de valer-se da hospedagem familiar pode se caracterizar como ofensa e que, graças a essa hospedagem domiciliar, muitas pessoas têm a possibilidade de praticar o turismo nos dias de hoje.

Segundo Lashley (2015), oferecer hospitalidade aos hóspedes foi, em todos os contextos humanos, uma obrigação moral, como um indicador de ética e generosidade, até o crescimento do número e motivos de viagens e, conseqüentemente, o comércio de massa. A partir dessa perspectiva, o autor observa que nas sociedades mais modernas, a obrigação de oferecer hospitalidade ao estranho não dispõe mais a mesma obrigação moral que tinha no passado.

De acordo com Camargo (2008), o anfitrião e a população que recebe, são orientados por um ordenamento de receptivo turístico, organizado nas regiões receptoras, abrangendo contratos, exigência do sistema comercial, uma troca que se faz entre iguais e impessoal regida pelo sistema de negócios. Contudo, o autor descreve que a hospitalidade é focalizada no âmbito da troca, sob duas lentes analíticas principais: ora a troca como comércio, ora, como dádiva. Na perspectiva da hospitalidade como dádiva, Camargo (2008) tem como referência na obra de Marcel Mauss, “Sociologia e Antropologia”, cuja primeira edição data de 1950. Esse tipo de hospitalidade tem como base dar, receber e retribuir. O autor ressalva que hospitalidade não é um negócio, pois quando se fala em troca entre pessoas, geralmente se pensa no comércio, no mercado. Porém, esse modelo econômico precedeu a outro modelo de trocas, centrado na

dádiva, que atribui à hospitalidade o indicador de moralidade e bondade, que, mesmo hoje, em culturas, ainda está presente.

Para Lashley (2015), no contexto da hospitalidade doméstica, partes interessadas estão desempenhando papéis que se estendem para além dos relacionamentos de mercado dados nas ocasiões de prestação de serviço, buscando-se maneiras de entender e atender às necessidades do cliente e de fazer com que os visitantes se sintam bem-vindos.

Nesse sentido, Camargo (2008) acrescenta que o fornecimento de alimentos, bebidas e hospedagem representa um ato de amizade: cria laços simbólicos, estabelece vínculos entre pessoas, comprometendo os envolvidos com o compartilhamento da hospitalidade.

Andrade (2000) descreve que o conceito de hotelaria no Brasil tem suas origens no período colonial, quando os viajantes se hospedavam nas casas grandes dos engenhos e das fazendas, nos casarões das cidades, nos conventos e, principalmente, nos ranchos que existiam à beira das estradas, erguidos pelos proprietários das terras marginais. No Brasil, a hospitalidade teve início na época colonial, em que predominavam as formas de hospedagem religiosa e familiar.

A implantação de grandes hotéis e *resorts* em destinos turísticos tem sido apontada como interessante fator de geração de emprego e de renda para a população local. Smith e Smith (2002) discorrem sobre hospedarias comerciais em residências particulares – *bed and breakfast* (ou b&b) –, que correspondem a residências privadas habitadas em que o hóspede tem uma cama para passar a noite e café da manhã. Junto com a “cama”, um banheiro é oferecido, podendo ser ou não também compartilhado com os moradores.

No Brasil, o Programa Cama e Café, de Santa Teresa, foi a primeira iniciativa de rede *bed and breakfast*, implementada na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, são mais de 50 residências para hospedagem distribuídas em vários bairros e em outras cidades. O sistema de *bed and breakfast* é um tipo de estadia comum na Europa e foi adaptado pela iniciativa privada da Rede Cama e Café. Os anfitriões, como são denominados os proprietários das casas, colocam à disposição suas residências para o acolhimento de turistas. A rede segue orientada pelo princípio do turismo justo e responsável, com projetos que prestigiam os bairros onde ficam suas casas, indicando os estabelecimentos comerciais, como restaurantes, lojas, mercados, bares, etc.

Na reflexão de Leite, Kosaka e Faria (2006), a implementação de um programa de hospedagem domiciliar, institucionalizado com a gestão por meio da administração pública, é uma forma interessante e eficiente de controlar a atividade turística local, com ações que informem e orientem anfitriões e turistas para minimizar ações predatórias e insustentáveis na região.

Conforme mostra Pimentel (2007), o *bed and breakfast*, ou Cama e Café, pode ser, portanto, considerado como uma alternativa de hospedagem que contribui para o processo de sustentabilidade no turismo. A autora ressalta, ainda, que a hospedagem domiciliar pode ser uma alternativa de renda complementar ou principal, ou seja, quem administra esse meio de hospedagem pode manter sua ocupação tradicional e não fica dependente exclusivamente do turismo.

Segundo Brasil (2006), o Cama e Café se apresenta integrado ao conceito de turismo sustentável de acordo com os seguintes aspectos:

- Impacto ambiental reduzido – Em sua maioria, a fórmula não prevê a construção de novas estruturas. A hospedagem se realiza nas casas dos habitantes locais, limitando a proposta somente à capacidade de recepção do lugar;

- Integração da renda – O dinheiro que deriva do movimento turístico vai diretamente às famílias e às comunidades locais, favorecendo a circulação de moeda em localidades de difícil acesso;
- Integração – A estrutura em rede também estimula a troca de experiências e de conhecimentos entre os habitantes de uma comunidade, favorecendo a integração de serviços das práticas profissionais: transporte, *tours*, artesanato, produção de produtos típicos, etc;
- Intercâmbio cultural – O b&b cria espaços de encontro entre os turistas e os habitantes locais, dando vida a um puro e espontâneo intercâmbio cultural, estimulado pela convivência direta e cotidiana entre hóspede e empreendedor.

Em 2010, o Ministério do Turismo estabeleceu o novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), em que incluiu oficialmente, como hospedagem domiciliar, as residências com, no máximo, três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento reside. Dessa forma, pela primeira vez a tipologia do Cama e Café é incluída, além do Hotel, do Resort, do Hotel Fazenda, do Hotel Histórico, da Pousada e do *Flat/Apart* hotel (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, as hospedagens domiciliares, mesmo não sendo grandes empreendimentos, precisam se preocupar com as questões ambientais. Nessa análise, segundo Waldman e Schneider (2009), ao contrário de um ecossistema, a casa é uma unidade de consumo e de processamento de energia, de alimentos e de materiais que não reciclam a enorme e heterogênea quantidade de resíduos que gera. Os mesmos autores enfatizam que são diversas as fontes de desperdícios em uma casa: 25% do gás, 30% da água e 42% da eletricidade. Esse desperdício domiciliar no Brasil responde por fração significativa da agressão ao meio ambiente nacional, pois o consumo de energia pelas residências equivale a 8,8% do petróleo e derivados, a 20% da eletricidade, a 55,6% da lenha e a 29,5% do carvão vegetal do consumo total. Esses autores defendem que a conservação e a valorização da natureza dependem das nossas atitudes pessoais. Dessa forma, a ação de cada um de nós se torna parte de um movimento permanente em defesa do meio ambiente. Rocha e Cardoso (2009) afirmam que um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil, no que diz respeito à preservação de seus recursos hídricos, é a poluição por efluentes domésticos, apesar de ser bastante difundida a crença de que os efluentes industriais sejam os grandes responsáveis pela degradação de tais recursos.

METODOLOGIA

O universo da pesquisa correspondeu aos proprietários de hospedarias domiciliares que disponibilizam suas casas para hospedar turistas, e gestores públicos do município de Santo Amaro do Maranhão, responsáveis pela administração do turismo e do meio ambiente. Foram analisados sete domicílios da sede municipal, ponto de entrada e saída para quem deseja visitar o PNLM, e três domicílios nas comunidades tradicionais de Queimada dos Britos e de Baixa Grande, que ficam localizadas dentro do PNLM. O método utilizado para a pesquisa foi do tipo exploratório, envolvendo levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com amostra constituída pelos titulares dos dez domicílios que tornaram suas casas hospedarias domiciliares para turistas.

A coleta de dados necessária para elaboração deste trabalho foi feita por meio de aplicação de formulários aos proprietários das hospedagens domiciliares, entrevistas semiestruturadas com gestores municipais do turismo e do meio ambiente. Com base nos estudos de Lakatos e Marconi (1991), as técnicas que compõem a observação direta extensiva, um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado, ocorreu entre os meses de maio e junho de 2012. A saída ao campo, ocorrida no mês de maio de 2013, possibilitou a obtenção dos dados referentes aos aspectos ambientais do município relacionados às questões do lixo, ao saneamento básico, ao abastecimento e ao tratamento da água, além de informações coletadas sobre o turismo local. Uma segunda avaliação ocorreu no mês de maio de 2015, para a aplicação de formulários aos proprietários das hospedagens domiciliares, para obtenção de dados sobre a percepção ambiental com relação à UC em que estão inseridas e como desenvolvem as práticas de gestão ambiental relacionadas à questão do lixo, da água e da energia.

A população amostral não foi probabilística por acessibilidade, porque não houve a necessidade de cálculo amostral, tendo em vista que os dez proprietários e os dois gestores participaram do estudo, os quais correspondem a 100% do universo. Foi construído um instrumento que pudesse atender às necessidades de coleta de dados da pesquisa, tendo como referência estudos da revisão teórica relacionada aos temas de gestão ambiental, turismo e PNLM, além de hospedagens domiciliares, tomando como base a leitura encontrada em livros, artigos científicos, dissertações e teses que tinham a temática com a gestão ambiental.

Com relação aos aspectos ambientais, foram coletadas informações com base nos tópicos identificados por meio do Programa de Sustentabilidade da Rota das Emoções, elaborado pelo Sebrae (2013) considerando a dimensão ambiental e os princípios expostos: Princípio da redução – (envolve resíduos sólidos, água e energia); Princípio do descarte dos resíduos sólidos – lixo.

RESULTADOS

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DO MARANHÃO

Com uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) em 13.820 habitantes, cerca de 700 famílias do município vivem no interior e no entorno dessa Unidade de Conservação. Desenvolvem atividades econômicas de subsistência nas áreas de pesca, de lavoura e de criação de animais. Atualmente, o turismo representa a principal forma de ocupação dos trabalhadores locais.

O ecossistema da região é bastante privilegiado. Parte do município se localiza na área de amortecimento do Parque. Santo Amaro do Maranhão dispõe de área com importantes recursos hídricos e reservatórios naturais como o Lago de Santo Amaro, com área aproximada de 100 km², e o Rio Grande, também chamado de Rio Alegre, com extensão de 72 km. A peculiaridade ambiental do município é visível desde o acesso até a sua sede. São 36 km de estrada de areia, uma viagem de uma hora e meia, em média, no período de estiagem.

Ações estratégicas importantes foram efetivadas para ordenar o turismo no município, atendendo a requisitos da municipalização do turismo do Ministério do Turismo, como a formação do Conselho

Municipal e a criação do Fundo de Turismo Municipal e do Centro de Atendimento ao Turista, que são requisitos básicos para se concorrer a recursos financeiros oriundos do Governo Federal. A Secretaria de Turismo local despontou na sua organização com relação ao ordenamento do turismo dentro das diretrizes dos governos estadual e nacional.

As hospedarias domiciliares de Santo Amaro do Maranhão

As hospedarias domiciliares do município de Santo Amaro do Maranhão surgiram da necessidade de acomodar, inicialmente, vendedores ambulantes, servidores públicos e pesquisadores. Com o início das filmagens do filme “Casa de Areia”, em 2004, não havia pousadas e hotéis suficientes para atender à demanda da equipe de produção. Dessa forma, algumas famílias disponibilizaram suas casas para acomodar parte dos colaboradores do filme.

Em consequência da construção da BR-202, que liga São Luís a Barreirinhas, principal núcleo receptor do turismo nos Lençóis Maranhenses, melhorou a via de acesso e diminuiu significativamente o tempo de deslocamento, de nove horas, em média, para três horas, permitindo o desenvolvimento turístico da região. A repercussão positiva da divulgação de Santo Amaro do Maranhão, por intermédio das filmagens do filme citado, concomitante com a divulgação boca a boca, aumentou gradativamente a demanda por acomodação para pernoite, o que gerou o interesse das famílias em continuar o trabalho de hospedagem domiciliar, agora motivadas pelo incentivo do turismo local e regional.

Verificou-se que a Secretaria de Turismo incentiva o fortalecimento desse tipo de hospedagem, como experiência de turismo de base comunitária, tendo em vista que moradores locais têm oportunidade de poder gerir seu próprio negócio e de se beneficiar diretamente da atividade turística.

Nos domicílios da sede do município, são disponibilizados quartos que possuem de um até três leitos. Já nas comunidades tradicionais de Queimada dos Britos e de Baixa Grande, os domicílios disponibilizam “redários”, que se constituem em um salão de apoio onde são colocadas as redes de dormir para o pernoite do turista.

Segundo dados da Secretaria de Turismo municipal, os meios de hospedagem regulamentados na cidade têm capacidade de atendimento em torno de 300 turistas por dia. Porém a capacidade de atender é, em média, 600 turistas/dia, contando com as casas de aluguel, os condomínios e as residências, que não são regulamentados. Atualmente, o fluxo de visitantes fica em torno de 300 turistas/dia em feriados e nos meses de férias (julho, dezembro e janeiro).

Aspectos socioeconômicos

Constatou-se que as famílias localizadas na sede municipal, por ter melhor acesso à educação formal, apresentam melhores dados em comparação com as comunidades tradicionais de Queimada dos Britos e de Baixa Grande. Observou-se que, na comunidade de Queimada dos Britos, a maioria dos adultos é analfabeta. Existe uma única escola com ensino multisseriado (alunos de todas as séries estudando na mesma sala e com uma única professora) até a 5ª série. Para dar prosseguimento aos estudos, os alunos se deslocam para Barreirinhas, para São Luís, ou para a sede do município, quando os pais têm condições de enviá-los.

Por outro lado, observou-se que a atividade turística desenvolvida na comunidade de Queimada dos Britos proporcionou o interesse dos proprietários das hospedagens domiciliares em buscar conhecimentos que melhorem o seu trabalho com os turistas.

Os dados da pesquisa revelam que os hospedeiros domiciliares estão na faixa etária de 30 a 60 anos. Dos dez entrevistados, sete são mulheres que estão à frente da atividade de hospedagem domiciliar com Ensino Médio incompleto e que têm a hospedagem domiciliar como atividade principal. Todos os entrevistados mencionaram algum tipo de benefício. Ressaltaram que é um tipo de atividade que se pode trabalhar em casa, porque traz comodidade, sendo possível cuidar da casa e da família, além de uma forma de renda significativa. Há, ainda, a possibilidade de outras formas de renda, com a venda de alimentação na própria casa para os hóspedes, venda de algum tipo de artesanato e de outros produtos, como doces em compotas, e prestação de serviços como de guias de turismo e aluguéis de transporte para os passeios, oferecidos por algum integrante da família.

Com relação aos aspectos do grau de escolaridade, apesar de a maioria ter o Ensino Fundamental incompleto, não se pode caracterizar esse dado como grande dificuldade, pois existe interesse de todos na participação em cursos de qualificação para melhorar os serviços prestados. Porém seis dos entrevistados questionaram a descontinuidade dos projetos que são oferecidos no município por meio dos órgãos públicos para capacitação e melhoria da atividade turística. Em consequência disso, percebeu-se que existe, às vezes, resistência dos proprietários em participar de cursos, de programas ou de projetos propostos pelas instituições. A Prefeitura Municipal já ofereceu cursos para melhoria da prestação de serviços, como: recepcionar os turistas, camareira, técnicas de vendas e qualidade no atendimento. Quase todos os cursos foram realizados em parcerias com o Ministério do Turismo e com o Governo do Estado, além de outros órgãos.

Para a população local, a renda oriunda do turismo pode chegar a vários beneficiários locais, devido à circulação da renda nos estabelecimentos e à prestação de serviços por parte dos moradores locais, o que multiplica os recursos municipais, dinamizando a economia local e permitindo a melhoria da qualidade de vida da população.

Com relação à renda mensal familiar proveniente das hospedagens domiciliares, quatro dos entrevistados recebem de um a menos de dois salários mínimos, três recebem de dois a menos de três salários mínimos e três recebem de três a mais salários mínimos.

Avaliou-se que a receita oriunda das hospedagens é de fato uma alternativa de renda para as famílias, tendo em vista que todos os proprietários se dizem satisfeitos, em especial na alta temporada. Muitas vezes, essa renda, dependendo da época, é superior à renda principal de algumas famílias. A distribuição dos entrevistados, segundo a principal fonte de renda, apresentou os seguintes dados: cinco possuem a hospedagem domiciliar como principal fonte de renda; dois têm a renda oriunda de aposentadoria; dois são funcionários públicos; e um tem a renda principal retirada de atividade comercial.

O proprietário de hospedagem domiciliar da comunidade de Queimada dos Britos descreveu a importância do turismo para a melhoria da qualidade de vida da sua família:

[...] Hoje em dia melhorou 100% porque o turista começou a aparecer “tá” com uns 20 anos. [...] A gente achou que a vida da gente tá melhor, o esforço agora é pouco. [...] Agora ficamos “doente” e tem o contato telefônico, que antigamente não tinha, tinha que ir “em” Santo Amaro para ir arranjar telefone “pra” poder transmitir para outras cidades. Hoje em dia, a gente “tá” na cidade e já “tá” se comunicando com a gente, tem o telefone e ficou fácil... Quando a gente adoce, não fica pensando muito, só pega o telefone e liga “pra” Santo Amaro, vem ambulância, vem apanhar e leva diretamente. A vida da gente fica mais fácil, porque aqui era complicado, morreu muita gente que adoecia. (AGS, 40 ANOS)

AS HOSPEDAGENS DOMICILIARES E A GESTÃO AMBIENTAL

Sobre os aspectos da gestão ambiental no município, a situação é bastante preocupante. São vários os problemas ligados ao saneamento básico que afetam diretamente os recursos naturais, causando impactos negativos para a qualidade de vida da população local. Empreendimentos turísticos estão localizados todos em áreas de frágeis ecossistemas e equilíbrio ambiental, que precisam desenvolver instrumentos de gestão capazes de minimizar impactos ambientais nessas áreas, para que não comprometam a qualidade ambiental do destino turístico. Nesse contexto, o secretário de Meio Ambiente aborda a seguinte situação:

[...] As políticas públicas em âmbito estadual e federal não levam em consideração as singularidades da região. Com relação à questão ambiental do lixo e do saneamento, o município não dispõe de sistema de abastecimento de água. Vive-se no discurso que vai acontecer por meio do governo, e nunca acontece. Cada morador providencia furar seu poço. Os dejetos humanos são tratados por meio do sistema de fossa séptica, que, em média, têm três a quatro compartimentos. Não existe aterro sanitário, há um lixão próximo ao hospital e várias construções residenciais. Além disso, não existem projetos na perspectiva de resolver a questão do saneamento e a questão do lixo. No caso, um aterro sanitário não havia. Até tentou-se viabilizar alguns projetos por meio do Governo Federal, mas o município estava inadimplente junto à Funasa. (Jorge Augusto, secretário de Meio Ambiente de Santo Amaro. Comunicação oral).

Todos esses fatos tornam imprescindíveis ações que minimizem a problemática de infraestrutura básica necessária para desenvolver a atividade turística, para que os danos ambientais não se agravem e não comprometam ainda mais a qualidade do ambiente e a segurança dos visitantes e da própria comunidade. A preocupação se estabelece porque existem vários projetos que incentivam o turismo no município, porém, não há projetos de melhoria de infraestrutura e de ações para o tratamento da água e do lixo que podem prevenir danos maiores para os recursos naturais.

A problemática ambiental causada pela falta de saneamento básico que resulta na contaminação de rios e de lagos e, conseqüentemente, na falta de água potável e nos agravos à saúde, é um dos grandes desafios para minimizar os impactos ambientais no município.

Dos dez proprietários, oito consideram que os atrativos turísticos estão sendo conservados, pois levam em consideração que existe um ordenamento exigido pelo ICMBio, com a determinação de até onde os carros podem trafegar. Descrevem que os próprios moradores, em especial os que prestam serviços diretamente para o Parque, como guias de turismo, motoristas de carros de passeio e proprietários de meios de hospedagem, relatam que os turistas, especialmente os de outros estados e países, demonstram ser muito preocupados com a conservação do Parque Nacional dos Lençóis. Dois dos dez entrevistados que responderam que os atrativos não estão sendo conservados colocam que não existe fiscalização eficiente por meio do ICMBio e da Prefeitura; que não existe educação ambiental nas escolas e que, apesar da proibição para acesso de carros e bebidas alcoólicas, turistas e moradores locais sujam e poluem as lagoas e as dunas com o lixo não recolhido. Observou-se que o tipo de não conservação mencionado pela maioria dos entrevistados das hospedagens domiciliares se refere, em especial, ao lixo deixado nas lagoas pelos turistas e pelos próprios moradores e ao acesso de carros não autorizados pelo ICMBio. Não é mencionada a poluição das águas oriunda do lixo urbano e dos esgotos provenientes das residências e dos estabelecimentos, mencionados pelos secretários municipais de Meio Ambiente e de Turismo.

Com relação à redução do consumo de energia, verificou-se que todos os proprietários que estão na sede do município já utilizam algumas medidas básicas de redução de energia dentro da realidade de acessibilidade que dispõem, como na diminuição do consumo, para conseguir reduzir os gastos financeiros com eletricidade.

No caso da comunidade de Baixa Grande, não existe energia elétrica. Os moradores utilizam geradores movidos a óleo diesel. Na comunidade Queimada dos Britos, além do gerador que cada morador instala, em uma das residências há placas para utilização de energia solar, doadas por turistas de São Paulo, para funcionar como experiência-piloto, mas, atualmente, essa aparelhagem está sem utilização devido ao valor alto de manutenção. Uma das alternativas observadas para essas comunidades de Queimada e de Baixa Grande pode ser a utilização da energia eólica, tendo em vista que na região os ventos são constantes e os custos são menores para instalação e manutenção.

Tendo em vista que o município não oferece serviço de esgoto doméstico, cada morador fica responsável por construir fossas sépticas para receber resíduos sólidos. Esse fato pode ser determinante para contribuir para a contaminação do lençol freático e, conseqüentemente, dos recursos hídricos disponíveis na região, o que pode comprometer a saúde de moradores e dos visitantes, considerando que a atividade turística da região tem como essência os recursos disponibilizados por meio de lagoas e de rios que são os principais atrativos para o turismo.

Todos os proprietários relataram que existem problemas com a coleta de lixo doméstico por meio da gestão municipal. A maioria tem que queimar o lixo quando é acumulado por conta da falta de coleta pública. Não existe nenhum trabalho para o reaproveitamento.

Sobre a percepção dos proprietários em relação à Unidade de Conservação do Parque Nacional dos Lençóis, verificou-se que oito não souberam explicar o que seria uma Unidade de Conservação, mas observou-se que todos têm noção, quando expuseram palavras como: “conservar a natureza”, “união em prol da natureza”, “natureza protegida”, entre outras. A respeito do PNLM, todos consideraram sua importância para o município, mas notou-se que existem algumas observações com relação à criação do Parque, descritas de acordo com as seguintes palavras: “Era livre o acesso ao PNLM, sem impedimento para podermos entrar”; “Era tudo muito bruto, e agora o ICMBio chegou e está causando vários problemas. Temos sofrido um pouco com isso”; “O Parque é do ICMBio, e eles não querem que destrua”. Esses fatos mostram os desafios para gerir o PNLM e as dificuldades para desenvolver ações, pela falta de investimento em infraestrutura e em pessoal para fiscalização, pela falta de investimento para implementar projetos de melhoria de infraestrutura para a visitação turística e de educação ambiental para as comunidades da região.

Na comunidade tradicional de Queimada dos Britos, Aldemir Garcia dos Santos faz o seguinte comentário a respeito do lixo:

Antigamente, quando nasci, aqui não tinha negócio de lixo, era só agarrou e jogou e o vento já condenou, e o vento já levou. Toda coisa, se chegava na morraria, levava um pacote de biscoito, jogava lá mesmo. Tudo era lixo. Hoje em dia, não. Depois que o turista começou andar, começou dar limpeza, porque, aí, a gente, quando pega um saco... lixo. Hoje em dia, a gente tem que cuidar da natureza, não pode deixar sujar.

Antes dos moradores trabalharem com o turismo, não tinham preocupação nenhuma com o lixo e a sua destinação. Eles percebem a importância dos cuidados com a conservação dos recursos naturais da localidade para poder atender o perfil do tipo de turista, que busca locais de relevância ambiental e conservados. O turismo, no caso das hospedagens domiciliares, pode ser um aliado estratégico para a manutenção dos aspectos ambientais. Ressalta-se que todos os proprietários consideram que, se não houver preocupação com os aspectos ambientais e a conservação dos rios, dos lagos e das lagoas, o destino turístico Santo Amaro do Maranhão, como referência para o ecoturismo, o turismo comunitário e o turismo sustentável, deixará de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hospedarias domiciliares de Santo Amaro do Maranhão estão localizadas em uma das regiões turísticas e ambientais mais importantes do país, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Os Parques Nacionais de interesse turístico que estão em regiões de grandes desigualdades sociais desencadeiam uma série de motivações para sua exploração turística em prol do desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno. Esse fator trouxe para a pasta do Turismo uma supervalorização, ocasionando a prioridade de seus projetos em relação aos aspectos ambientais. No município de Santo Amaro do Maranhão, isso pode ser observado pela precária estrutura da Secretaria de Meio Ambiente e pela falta de participação de seus representantes até na composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional. Isso demonstra a sobreposição das ações do turismo em contradição às questões de conservação ambiental.

Os municípios localizados em áreas de abrangência de Parques Nacionais, como Santo Amaro do Maranhão, deveriam ter prioridades de acesso a programas e a projetos relacionados com questões ambientais em todas as esferas públicas. Se as Unidades de Conservação são criadas com fundamentos nas suas especiais condições ambientais, essas mesmas áreas precisam de uma especial atenção para sua conservação, principalmente em Parques Nacionais que sofrem a pressão do desenvolvimento do turismo como alternativa de crescimento socioeconômico dos municípios do seu entorno. É como se essas localidades recebessem um símbolo que lhes destaque o status de “município parque”. Seriam como os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que têm prioridade nos diversos projetos de âmbito federal.

As políticas públicas para os municípios do entorno do PNLN priorizam a dinamização do turismo, incentivo a programas e projetos, em especial a divulgação do destino turístico na mídia nacional e internacional, tendo como respaldo que o turismo para as populações dos municípios do entorno é efetivamente uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico. Por outro lado, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão do parque, não possui, em sua estrutura, recursos financeiros para projetos de infraestrutura que atenda à demanda turística, ocasionando problemas de fiscalização, dificuldades de estrutura de pessoal, física e de planejamento das ações, falta de incentivo a programas e projetos para que garanta a sustentabilidade ambiental das atividades antrópicas e do desenvolvimento do turismo.

Acreditamos que se deve investir nessa iniciativa, desenvolvendo desde a capacitação das equipes que compõem os quadros das Secretarias Municipais de Meio Ambiente até programas básicos de saneamento, de tratamento de lixo e de educação ambiental, questões essenciais para manter o equilíbrio do meio ambiente de toda a Unidade de Conservação. Se essas ações não forem, de fato, incentivadas, encontraremos sempre problemas nos aspectos da gestão ambiental nos municípios, ligados ao saneamento básico, que afetam diretamente os recursos naturais, causando impactos negativos na qualidade de vida da população local e o descompasso em relação à capacidade de suporte ambiental do município para atender à demanda turística. Como já mencionamos, são áreas frágeis, de relevância ambiental, vulneráveis e que não podem ser utilizadas sem controle efetivo.

A proposta é que municípios do entorno de Parques Nacionais tenham vantagens em financiamentos e investimentos de âmbitos federais e estaduais para acesso a projetos ambientais, principalmente aqueles que também somam o status de ser turísticos, tendo em vista os poucos recursos municipais. Esses municípios teriam mais prioridades porque são expostos a vários tipos de impactos do turismo em áreas

naturais. No caso de Santo Amaro do Maranhão, observa-se que existem vários projetos que incentivam o turismo no município, porém, não há projetos de melhoria de infraestrutura e de ações para tratamento da água e do lixo, que poderiam prevenir danos maiores para os recursos naturais e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do turismo.

O turismo comunitário, no caso das hospedagens domiciliares, pode ser um aliado estratégico para a manutenção dos aspectos ambientais. Todos os proprietários consideraram que, se não houver uma preocupação com a conservação ambiental dos rios, lagos e lagoas, o destino turístico Santo Amaro do Maranhão não existirá mais, relacionando a importância da gestão ambiental da localidade para poder atender ao perfil do tipo de turista que busca locais de relevância ambiental.

Dessa forma, compreende-se que os proprietários das hospedagens domiciliares percebem a problemática ambiental, destacando que o município não oferece nenhum tipo de ação comprometida para resolver problemas básicos, como o destino do lixo, o saneamento básico, e outros serviços que não comprometam a qualidade dos recursos hídricos do município, o que pode inevitavelmente colocar em risco o patrimônio natural e o desenvolvimento socioeconômico da região. Por mais que queiram contribuir com a gestão ambiental nas suas hospedarias, os proprietários consideram que pouco podem fazer em relação a isso, tendo em vista que são limitados pela ausência de políticas básicas no que diz respeito aos problemas ambientais. Percebem a importância da conservação dos recursos naturais para garantir o desenvolvimento do turismo no município e a relevância da educação ambiental como prioridade para todas as linhas de atuação da gestão municipal. Nesse contexto, é imprescindível que os órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, em todos os níveis, atuem de forma eficiente na realização de trabalhos de preservação ambiental juntamente com a população local e seus visitantes. Destaca-se que, quanto maior a integração das ações do turismo e do meio ambiente, melhor será o controle dos impactos ambientais. Assim, a gestão ambiental estará diretamente ligada à responsabilidade social, possibilitando melhorar os índices nos aspectos social, ambiental e econômico e evitar danos irreversíveis às questões ambientais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e das populações envolvidas.

Diante desse contexto, considera-se que a responsabilidade com a conservação dos recursos naturais é uma atribuição do poder público e da coletividade, considera-se que a gestão ambiental e a do turismo nos municípios de abrangência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses precisam ser estruturadas e relacionadas entre si e com a gestão da UC para garantir a conservação dos recursos naturais e do desenvolvimento da atividade turística.

REFERÊNCIAS

ALDRIGUI, M. **Meios de hospedagens**. São Paulo: Aleph, 2007.

ANDRADE, N. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: Senac, 2000.

BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo**. 2. ed. Campinas: Papiros, 2009.

BOING, L. **A percepção ambiental como subsídio para a educação ambiental: estudo de caso do caminho do Itupava – II ECOUC - Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e CONECOTUR - Congresso Nacional de Ecoturismo - Paraná**. 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha de orientação básica: cama e café**. Brasília: Fundação Universa, 2010.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo. FAPESP, 2000. 230 p.

CAMARGO, L. O. de L. A pesquisa em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano V, n. 2, p. 15-51, jul.- dez. 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Turismo e a relação sociedade e natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza. EdUECE, 2007.

DOMICIANO, C.; OLIVEIRA, I. J. de. Cartografia dos impactos ambientais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 11, n. 25, p. 179-199, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273624812014>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2003**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=11>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/senso_2010/resultados_dou/MA2010>. Acesso em: 3 mai. 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES (ICMBio). **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/191-parque-nacional-dos-lencois-maranhenses_2011htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

IRVING, A. M. de; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 5, n. 4, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. de. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LASHLEY, C. Hospitalidade e hospitabilidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. XII, edição especial, p. 70-92, mai. 2015.

LEFF, H. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, R. V.; KOSAKA, V. K. I.; FARIA, W. F. de. **Hospedagem domiciliar em Jericoacoara, Ceará**. Estudo de caso. Minas Gerais: EdUFMG, 2006.

PIMENTEL, A. B. **Hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: o espaço de encontro entre turistas e anfitriões**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. **Introdução à química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2009.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1999.

SEABRA, G. **Turismo sertanejo**. João Pessoa. Universitária – UFPB, 2007.

SEBRAE. **Metodologia do Programa de Sustentabilidade nos Meios de Hospedagem da Rota das Emoções**. Sebrae/CE, Sebrae/PI, Sebrae/MA. 2013.

SMITH, E. L.; SMITH, A. K. **Business management and marketing: bed and breakfast.** Tourism educational materials. Michigan: Michigan State University Extension, 2002.

WALDMAN, M.; SCHNEIDER, D. **Guia Ecológico Doméstico.** São Paulo: Contexto, 2009.